



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFES
CAMPUS DE CHAPECÓ
CURSO DE AGRONOMIA

ADRIANA BILINI

MERCADO INSTITUCIONAL E AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DA
COOPER FAMILIAR

CHAPECÓ - SC
2014

ADRIANA BILINI

**MERCADO INSTITUCIONAL E AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DA
COOPER FAMILIAR**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Agronomia com ênfase em Agroecologia
da Universidade Federal Fronteira Sul- UFFS.

Orientador: Dr. Marcio Medeiros Gonçalves

Chapecó - SC

2014

BILINI, ADRIANA
MERCADO INSTITUCIONAL E AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO
DA COOPER FAMILIAR/ ADRIANA BILINI. -- 2014.
43 f.:il.

Orientador: MARCIO MEDEIROS GONÇALVES.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
AGRONOMIA , Chapecó, SC, 2014.

1. COOPERATIVISMO. 2. AGRICULTURA FAMILIAR. 3.
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS. 4. MERCADO INSTITUCIONAL. I.
GONÇALVES, MARCIO MEDEIROS, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

ADRIANA BILINI

MERCADO INSTITUCIONAL E AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DA
COOPER FAMILIAR

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção
de grau de Bacharel em Agronomia ênfase em Agroecologia da Universidade Federal da
Fronteira Sul.

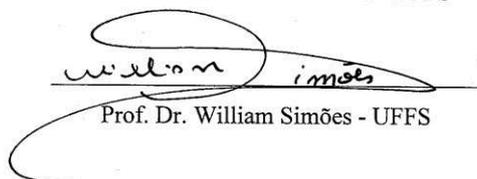
Orientador: Prof. Dr. Marcio Medeiros Gonçalves

Aprovado em: 09 / 12 / 2014

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Marcio Medeiros Gonçalves - UFFS


Prof. Dr. Valdeci José Zonin - UFFS


Prof. Dr. William Simões - UFFS

AGRADECIMENTOS

A Deus, porque a crença em sua existência me mantém firme na caminhada. A minha família, pelo apoio incondicional durante todos os dias de minha vida. A toda a equipe da Cooper Familiar em especial à presidenta Sandra Bergamin, aos colaboradores (as) Diego, Ezequiel, Rose, Laís e Daiane pelo espaço e disposição em contribuir para que esse trabalho se concretizasse. Ao meu orientador professor Marcio Medeiros Gonçalves pela amizade, por acreditar no potencial do meu trabalho e pelo empenho em me orientar. Aos colegas de curso, em especial Bruna, Fabiana, Cleidir, Francieli, Gean e Marciane pela parceria e amizade. Ao coordenador do PAA – Compra Institucional junto ao MDS Gustavo Corrêa de Assis pelas informações e material para a elaboração deste trabalho. A professora Inês Claudete Burg pelas dicas e material prestado. A todos que colaboraram de uma forma ou outra para essa conquista.

“Quando a educação não é libertadora o sonho do oprimido é virar o opressor.” (Paulo Freire)

RESUMO

O mercado convencional de produtos agrícolas, baseado nos circuitos longos de comercialização tem afastado o produtor do consumidor e dado espaço aos atravessadores, que pagam pouco pelo produto. Esse processo tem contribuído para a exclusão de muitos agricultores, principalmente os de base familiar. Apesar de organizados em cooperativas os agricultores familiares continuam tendo dificuldade em comercializar seus produtos seja em função da pequena escala, da sazonalidade ou da falta de planejamento da produção. Para as entidades que representam a agricultura familiar, a busca por espaços de comercialização é um constante desafio. Com o surgimento de programas institucionais de compra de alimentos da agricultura familiar o cenário da comercialização mudou. Hoje os principais programas de aquisição de alimentos são o PAA e o PNAE, que compram alimentos da agricultura familiar para suprir a necessidade de escolas e entidades socioassistenciais. A Cooper Familiar é uma cooperativa que representa agricultores familiares de 15 municípios da região Oeste de SC, pioneira no mercado institucional atuando desde 2002 no setor. O presente estudo tem como objetivo estudar as relações da Cooper Familiar com o mercado institucional, relacionando a diversidade e volume oferecidos, com a demanda dos diferentes canais de comercialização acessados e verificar possíveis entraves e oportunidades nas relações da cooperativa com o mercado institucional. O estudo foi realizado na Cooperativa Alternativa da Agricultura Familiar – Cooper Familiar no município de Chapecó – SC, no período de Março a Outubro de 2014. A metodologia utilizada é o estudo de caso. Os dados foram coletados através de pesquisa documental e observação direta. Foram identificados os fluxos materiais e burocráticos referentes às operações de comercialização vinculadas ao mercado institucional. Os dados foram analisados a partir de uma abordagem sistêmica. Os resultados obtidos apontam para a importância do mercado institucional no fortalecimento e estruturação da cooperativa, contribuindo para a diversificação da produção e melhorias na renda dos associados. O aumento da diversidade de produtos ofertados aumenta a possibilidade de comercialização por parte da cooperativa. Apesar das contribuições dos programas PAA e PNAE, percebeu-se que poucas famílias tem conseguido acessar os programas e que os maiores entraves para esse acesso estão na falta de compreensão dos gestores públicos sobre a importância da compra local e da agricultura familiar. A burocracia exigida para incluir novas famílias também desestimula o acesso. Dentro da cooperativa foi possível observar que as dificuldades de funcionamento estão relacionadas à falta de capital para investimentos e a falta de pessoal para prestar ATER e organizar a produção dos associados.

Palavras Chave: Cooperativismo. Mercado institucional. Agricultura Familiar. Aquisição de Alimentos.

ABSTRACT

The conventional market for agricultural products, based on long distribution channels have removed the consumer and producer given space to middlemen, who pay little for the product. This process has contributed to the exclusion of many farmers, especially family based. Although organized family farmers cooperatives still have difficulty in marketing their products is due to the small scale of seasonality or lack of production planning. For entities representing family agriculture, the search for marketing spaces is a constant challenge. With the emergence of family farming in the purchase of food for institutional programs the marketing landscape has changed. Today the main food purchase programs are PAA and PNAE, who buy food from family farms to meet the need of schools and social assistance entities. The Cooper Family is a cooperative representing family farmers in 15 counties of SC West, a pioneer in the institutional market since 2002 working in the sector. This study aims to study the relationship of the Cooper Family with the institutional market, relating to diversity and volume offered, with the demand of different marketing channels accessed and identify possible obstacles and opportunities in cooperative relations with the institutional market. The study was conducted in the Cooperative Alternative Family Farming - Cooper Family in Chapecó - SC, in the period from March to October 2014. The methodology used is the case study. Data were collected through desk research and direct observation. Materials and bureaucratic flow relating to marketing operations linked to the institutional market were identified. Data were analyzed from a systemic approach. The results point to the importance of the institutional market and in strengthening cooperative structure, contributing to the diversification of production and improvements in income of associates. The increased diversity of products offered increases the possibility of marketing by the cooperative. Although the contributions of PAA and PNAE programs, it was noticed that few families have been able to access the programs and that the greatest obstacles to such access are the lack of understanding of public officials about the importance of buying local and family farming. The bureaucracy required to include new families also discourages access. Within the cooperative was observed that the operating difficulties are related to the lack of working capital for investment and the lack of staff to provide technical assistance and organize the production of the members.

Keywords: Cooperativeness. Institutional market. Family Farming. Food Acquisition.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
1.1	OBJETIVOS	10
1.1.1	Objetivo geral.....	10
1.1.2	Objetivos específicos.....	10
1.2	JUSTIFICATIVA.....	11
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	12
2.1	AGRICULTURA FAMILIAR.....	12
2.2	O COOPERATIVISMO NO BRASIL	13
2.3	COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR	14
2.4	MERCADO INSTITUCIONAL	15
2.4.1	Programa nacional de alimentação escolar – PNAE	16
2.4.2	Programa de aquisição de alimentos – PAA.....	18
3	METODOLOGIA.....	23
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
4.1	HISTÓRIA DA COOPER FAMILIAR.....	24
4.2	COOPER FAMILIAR E O PROGRAMA NACIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	26
4.3	FUNÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	27
4.4	COOPER FAMILIAR E O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS	29
4.5	RISCOS DO MERCADO INSTITUCIONAL	32
5	PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA COOPERATIVA	33
5.1	PROGRAMA DAS AGROINDÚSTRIAS.....	33
5.2	PROGRAMA DO LEITE.....	34
5.3	PROGRAMA DAS FEIRAS	35
6	IMPACTO DO MERCADO INSTITUCIONAL NA COOPER FAMILIAR	36
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
	REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

As formas de cooperativismo e associativismo sempre estiveram presentes no setor agrícola em todo o mundo, e mais do que nunca se reconhece sua importância para os agricultores. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO (2011) as cooperativas agrícolas são importantes mecanismos de garantir a segurança alimentar e reduzir a pobreza no setor rural. A organização em cooperativas permite que os agricultores tenham maior poder de barganha, consigam negociar os insumos e a produção por preços mais justos. Ainda segundo a FAO (2011) as cooperativas também se destacam no setor da economia devido a grande movimentação financeira, estima-se que as maiores cooperativas do mundo, juntas, movimentam números muito próximos ao PIB de países de grande porte.

No Brasil as cooperativas agrícolas tem movimentação expressiva no mercado e já são responsáveis por 50% de toda a produção agropecuária do país (OCB, 2011). Dentro do cooperativismo agrícola existem as cooperativas da agricultura familiar, muito atreladas às formas sustentáveis de desenvolvimento e economia solidária. As cooperativas da Agricultura Familiar são entidades filiadas a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES. Essa última forma de organização tem permitido aos agricultores enfrentar a concorrência da agricultura empresarial através da sua inserção em mercados locais e regionais e em diversos canais de comercialização, sejam eles convencionais ou alternativos dependendo do tipo de produto oferecido pelos agricultores.

O mercado convencional de produtos agrícolas, baseado em circuitos longos de comercialização não se apresenta como uma alternativa interessante para a comercialização dos produtos de cooperativas da agricultura familiar, uma vez que na maioria das vezes afasta os agricultores dos consumidores e dá espaço aos atravessadores. Já alguns mercados alternativos, como as feiras locais e os programas institucionais de comercialização se apresentam como uma alternativa mais viável.

O Brasil tem experimentado nos últimos anos uma forma inovadora de comercialização de alimentos da agricultura familiar, o mercado institucional, representado por alguns programas como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE.

O Programa de Aquisição de Alimentos foi criado em 2003 e incentiva a produção de alimentos pela agricultura familiar, permitindo a compra, a formação de estoques e a

distribuição de alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar. Os produtos também são distribuídos na merenda escolar, em hospitais e entidades beneficentes. O Programa Nacional de Alimentação Escolar é um programa que oferece pelo menos uma refeição ao dia, visando suprir parcialmente às necessidades nutricionais de estudantes durante a permanência na escola, contribuindo para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar, bem como para a formação de hábitos alimentares saudáveis (MDS, 2009). Esses programas institucionais investem todos os recursos ou parte deles na compra de alimentos da agricultura familiar, seja de forma direta ou através de associações e cooperativas.

1.1 OBJETIVOS

A seguir serão apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos desta monografia.

1.1.1 Objetivo geral

O objetivo do presente trabalho é estudar as relações comerciais da Cooperativa Alternativa da Agricultura Familiar – Cooper Familiar, com foco no mercado institucional.

1.1.2 Objetivos específicos

- i) Relacionar a diversidade e volume de produtos que a cooperativa oferece com a demanda dos diferentes canais de comercialização acessados;
- ii) Verificar possíveis entraves e oportunidades nas relações comerciais da cooperativa com o mercado institucional;

1.2 JUSTIFICATIVA

A comercialização dos produtos agrícolas constitui-se como principal fonte de renda dos agricultores, e a crescente competitividade dos mercados agrícolas ligados à globalização tem gerado muita exclusão, principalmente dos agricultores de base familiar. Como resposta a esse processo de globalização e acirrada competição, algumas associações e cooperativas de agricultores familiares se especializaram na organização da produção e na venda em mercado institucional, somando forças e se mantendo no mercado.

Um dos principais objetivos da cooperativa é facilitar o acesso a mercados organizando e promovendo a venda conjunta dos produtos dos associados, criando uma economia de escala e maior poder de barganha (DALBELLO Et. al, 2006).

Diante disso há um importante trabalho de aprofundamento das formas de comercialização que as cooperativas utilizam. Bergamin (2010) em seu trabalho aponta a importância da Cooper Familiar como instrumento de desenvolvimento sustentável e solidário para os agricultores da região Oeste de Santa Catarina, portanto a comercialização dos produtos por intermédio da Cooper Familiar afeta diretamente a renda de inúmeros agricultores associados e de suas famílias.

A Cooperativa Alternativa da Agricultura Familiar – Cooper Familiar é uma entidade fundada em 1995 por agricultores de cinco municípios da região Oeste de Santa Catarina surgiu da necessidade de se ter um instrumento que viabilizasse as compras coletivas de insumos e produtos e que garantisse o repasse de crédito agrícola a seus associados (BERGAMIN, 2010). Hoje a Cooper Familiar têm seus objetivos focados na organização da produção dos agricultores familiares para comercialização nos programas institucionais PAA e PNAE.

Até o momento poucos estudos foram realizados para avaliar o impacto dos programas institucionais de compra de alimentos na região oeste de SC o que reforça a importância do estudo. O estudo das relações comerciais da Cooper Familiar, apesar de ser limitado a apenas uma instituição, pode trazer uma visão genérica do que se passa dentro das cooperativas da agricultura familiar no que diz respeito ao acesso a mercados, bem como irá contribuir para a identificação de possíveis entraves e oportunidades nos métodos de comercialização ou mesmo na estruturação da cooperativa.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para melhor entender o contexto em que se desenvolve o trabalho será apresentada uma breve revisão bibliográfica sobre o tema agricultura familiar, cooperativismo e mercado institucional.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura é uma das atividades de maior importância para a humanidade e foi o motivo do seu desenvolvimento ao longo da história. Com a evolução e modernização dos processos de cultivos a agricultura passou por inúmeras modificações, principalmente no pós-guerra com a introdução de inúmeras tecnologias. Porém as tecnologias que a indústria proporcionou a agricultura não se estabeleceram de forma harmoniosa nos estabelecimentos de base familiar e camponesa e apenas uma pequena parte desses agricultores conseguiu superar essa etapa de desenvolvimento e se manter no setor. Todo esse processo levou muitos agricultores a situações de crise e até mesmo a exclusão (MAZOYER & ROUDART, 1993).

A Lei nº 11.326 de julho de 2006 considera agricultor familiar àquele que pratica atividades no meio rural e que não detenha área superior a quatro módulos fiscais, utilize mão de obra familiar nas atividades desenvolvidas no estabelecimento e que conduza o estabelecimento rural juntamente com sua família (BRASIL, 2006).

Para Abramovay (1997) “a agricultura familiar é aquela em que a gestão da propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm laços de sangue ou casamento”.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO (2014) define agricultura familiar como àquela que inclui todas as atividades agrícolas de base familiar, consistindo num meio de organização das produções agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola operadas por uma família, dependendo de mão de obra familiar.

No Brasil a agricultura familiar foi historicamente marginalizada por ser considerada improdutiva e incapaz de acompanhar o processo de modernização privilegiador e excludente (AQUINO, 2008), mas o que se percebe nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE é que a agricultura familiar no Brasil está presente em 4.367 estabelecimentos agrícolas o que representa 84,4 % dos estabelecimentos agrícolas do país, ocupando apenas 24,3 % da área agricultável e produzindo 38% do valor bruto de produção

agrícola. Sua importância no setor está intimamente ligada à produção de alimentos, os dados do IBGE (2006) apontam que a agricultura familiar é responsável por 87 % da produção de mandioca, 70 % da produção de feijão, 46% de milho, 38% de café, 34 % do arroz, 21 % do trigo e 16% da soja (IBGE, 2006). Como protagonista no setor produtivo brasileiro, a agricultura familiar, é também destaque no que compete a formas sustentáveis de desenvolvimento agrícola.

Segundo Almeida (1997) a agricultura sustentável deve ter sua base em sistemas de produção diversificados, produção de alimentos saudáveis e uma exploração do sistema agrícola de forma a garantir sua reprodução, tanto social como ecológica, sem deixar de lado as questões de viés econômico.

2.2 O COOPERATIVISMO NO BRASIL

Inúmeras experiências cooperativistas estão espalhadas pelas diversas civilizações que existiram e se tornou uma das formas mais importantes para garantir a sobrevivência da humanidade (ANTONIALLI, 2000). As primeiras cooperativas surgiram no período da revolução industrial na Inglaterra e se desdobraram nas mais diversas áreas (FLEURY, 1983). No Brasil as cooperativas agrícolas são as que mais se destacam sendo responsáveis por até 50% da produção agropecuária do país (OCB, 2011). Além de promotoras de desenvolvimento são importantes instrumentos de comercialização, seja na compra de insumos ou na venda de produtos.

A história do cooperativismo no Brasil nos remonta aos anos de 1890 onde a partir dos Decretos 796, 869 e 1.429 se permite a criação das sociedades ou companhias cooperativas. Em 1907 é criada a Lei 1.637 que dá o disciplinamento jurídico para o funcionamento das cooperativas brasileiras. A lei que regulamenta as cooperativas brasileiras, até hoje, foi criada em 1971, e trata-se da Lei 5.764. Até 1988 o Estado é que exercia papel de fomentador e fiscalizador das cooperativas. Com a constituição de 1988 as cooperativas passam a ter maior autonomia e funcionar sem grandes intervenções do Estado (COSTA, 2005; SILVA, 2006).

No ano de 1998, através da medida provisória 1.715 é instaurado no país o Plano de Revitalização do Cooperativismo Agropecuário Brasileiro (RECOOP) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP). No ano seguinte o decreto 3.017 aprova o

regimento do SESCOOP e com a lei 11.076 de 2004 as cooperativas tem condição legal de emitir títulos a fim de captar recursos (COSTA, 2005).

A instauração da Constituição 1988 se deu num momento em que o Brasil passava por grande abertura de mercado, implementação de novas tecnologias e reestruturação produtiva, todo esse processo causou transtornos para sociedade, como o fechamento de indústrias e o desemprego. Foi nesse momento que a sociedade civil organizada começa a se apoiar muito mais nas ideias cooperativistas. Nesse momento também surge uma nova concepção de cooperativismo, diferente da pregada pelo sistema OCB, surge a Economia Solidária (SILVA, 2006).

Singer (2002) afirma que a Economia Solidária deve ser baseada na igualdade de direitos, onde os meios de produção são de posse de todos, e na autogestão, onde os trabalhadores de forma democrática decidem os rumos do empreendimento, e que a partir dessas práticas o resultado será a igualdade e a solidariedade.

Para Borinelli et.al (2010) Economia Solidária é definida como:

Sistema socioeconômico aberto, amparado nos valores da cooperação e da solidariedade no intuito de atender às necessidades e desejos materiais e de convivência, mediante mecanismos de democracia participativa e de autogestão, visando à emancipação e o bem estar individual, comunitário, social e ambiental (Borinelli, et al. 2010. p. 1).

2.3 COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Segundo Silva (2006) existem duas principais vertentes de cooperativismo no Brasil, a Economia Solidária e o sistema OCB. O sistema OCB tem sua criação no início dos anos 1970, muito ligado ao Estado, e que tem como foco principal a eficiência econômica dos empreendimentos cooperativos. A economia solidária surge em 1990, mais movida por necessidades da sociedade, e que tem como foco principal a igualdade e a solidariedade nas ações do empreendimento.

O movimento de criação de cooperativas da agricultura familiar vem das necessidades econômicas e sociais dos agricultores, e não se difere muito dos motivos que levam a formação de cooperativas hoje. Para Frantz (2012) a agricultura familiar sempre teve uma relação muito próxima ao cooperativismo. A relação de associação entre os agricultores é considerada um elemento importante na organização de suas economias. Os agricultores sempre esperam encontrar no cooperativismo um instrumento de poder de atuação e defesa dos seus interesses, apesar de muitas vezes terem suas tentativas frustradas.

As cooperativas da agricultura familiar tendem a ser filiadas ao sistema UNICAFES - União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, fundada em julho de 2005 formada por cooperativas de crédito, produção, trabalho e de comercialização, nas quais o seu quadro social atua diretamente com a agricultura familiar e economia solidária. O objetivo da Unicafes é ser um instrumento para os agricultores e agricultoras familiares, visando o desenvolvimento sustentável nas ações de apoio para os associados (UNICAFES, 2014).

2.4 MERCADO INSTITUCIONAL

O mercado de produtos agrícolas, cada vez mais atrelado ao mercado mundial, está se tornando cada vez mais exigente, tanto em questões de sanidade como certificação de procedência dos produtos e quanto maior a distância do produtor ao consumidor, maiores são os entraves (MENDONÇA, et al. 2010). Maciel (2008) ressalta que por mais que o agronegócio seja um dos pilares da economia brasileira a pobreza e exclusão no campo continua coexistindo. Diante da situação o Estado resolve intervir criando um programa de fortalecimento da agricultura. O processo de comercialização, por exemplo, ganhou algumas ferramentas e programas que facilitam a compra de produtos direto da agricultura familiar. Essas intervenções do Estado no comércio são representadas por alguns programas como, Programa Aquisição de Alimentos e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, entre outros, que desburocratizaram o sistema de compras pelo Estado (MDS, 2009).

Ainda segundo Maciel (2008) o mercado institucional deve envolver as três esferas governamentais nas suas operações de compra de alimentos, seja de forma contínua ou não, e que esse processo de regulação do mercado pelo Estado deveria se assemelhar muito com o das indústrias emergentes, onde o Estado cria condições para seu desenvolvimento.

Para Araújo (2007) o mercado institucional deve ser entendido como aquele em que o Estado exerce um papel fundamental no processo de comercialização dos produtos, criando programas que viabilizem as ações no âmbito dos programas e políticas de segurança alimentar, sempre buscando atender as populações em maior vulnerabilidade social.

Embora o papel do Estado seja importante na manutenção de políticas públicas, como as de aquisição de alimentos, sem a ação das organizações da agricultura familiar, seus sindicatos, cooperativas e associações esses programas não teriam avançado tanto.

Não existiam no país até a criação do PAA políticas públicas que garantissem a comercialização da produção agrícola familiar por preços mais justos. Os agricultores eram sempre obrigados a vender para intermediários que adquiriam a produção, mas pagavam muito pouco (MDA, 2014). Segundo Schmitt (2008) as primeiras experiências na comercialização via mercado institucional foram muito localizadas e por vezes descontínuas, foram desenvolvidas por alguns governos municipais, estaduais que mostravam maior interesse em incentivar a agricultura familiar.

2.4.1 Programa nacional de alimentação escolar – PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e têm como objetivo suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos estudantes. Sua origem se dá na década de 40 com o então governo de Getúlio Vargas, mas somente na década de 50 é que começa a operar o Programa de Alimentação Escolar que contava com o orçamento vindo do Fundo Internacional de Socorro a Infância – FISI. Em 1955 foi assinado o primeiro decreto que criava a Campanha de Merenda Escolar – CME que ficava sob o comando do Ministério da Educação. Em 1956 passou a se chamar Campanha Nacional de Merenda Escolar – CNME, que buscava desenvolver o programa em todo o país (FNDE, 2014).

Somente em 1979 é que o programa passou a chamar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e em 1988 com a Constituição Federal o direito a alimentação escolar foi assegurado por lei. Da sua criação até 1993 o programa tinha sua execução centralizada no governo federal, a partir de 1994 com a lei nº 8.913/94 os municípios e estados passaram a ter a competência de executar o programa. Em 1998 uma medida provisória garantiu a execução do programa através do repasse direto de verbas e o fim da celebração de convênios o que garantiu agilidade no processo. Em 2006 surgiu a exigência da contratação de uma nutricionista para elaborar os cardápios e assim melhorar a qualidade da alimentação, atingindo o objetivo do programa (FNDE, 2014). Porém, em muitos casos, a contratação de um profissional da nutrição pode gerar entraves para a comercialização de produtos da agricultura familiar, por vezes, a falta de conhecimento sobre o setor agrícola a sazonalidade e os hábitos alimentares da região não eram respeitados.

Em 2001 criou-se a medida provisória nº 2.178 que estabelece obrigatoriedade da compra de 70% dos recursos transferidos pelo governo federal em produtos básicos que

respeitem os hábitos alimentares regionais e a vocação agrícola da região. Outro avanço importante em 2009 é a Lei nº 11.947 que definiu a compra de 30%, do valor repassado pelo FNDE, da agricultura familiar com preferência para produtos orgânicos. No caso da compra de produtos orgânicos os mesmos recebem 30% a mais em seu valor por serem certificados. Nesse momento, a agricultura familiar tem uma grande oportunidade de acesso a mercados locais (FNDE, 2014).

Tabela 1. Orçamento e alunos beneficiados - PNAE

Ano	Recursos financeiros (em milhões de R\$)	Alunos (em milhões)	30% Agricultura Familiar (em milhões de R\$)
1995	590,1	33,2	-
1996	454,1	30,5	-
1997	672,8	35,1	-
1998	785,3	35,3	-
1999	871,7	36,9	-
2000	901,7	37,1	-
2001	920,2	37,1	-
2002	848,6	36,9	-
2003	954,2	37,3	-
2004	1.025	37,8	-
2005	1.266	36,4	-
2006	1.500	36,3	-
2007	1.520	35,7	-
2008	1.490	34,6	-
2009	2.013	47,0	603,9
2010	3.034	45,6	910,2
2011	3.051	44,4	915,3
2012	3.306	43,1	991,8
2013	3.542	43,3	1.062,6

Fonte: Adaptado de FNDE, 2014.

Podemos observar que a partir de 2009 com o decreto dos 30% dos recursos para aquisição da agricultura familiar um importante mercado se abre para os agricultores

familiares. Em 2013 se efetivamente os 30% foram comprados da agricultura familiar à movimentação financeira foi da ordem de R\$ 1.062.000.000,00.

Podem acessar os 30% destinados à agricultura familiar grupos formais ou informais detentores de Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP), como cooperativas, grupos de agricultores (DAP jurídica) e associação de agricultores (DAP física). Segundo a Lei nº 11.947 o limite individual de venda por agricultor familiar para a alimentação escolar deve respeitar o limite de R\$ 20.000,00 por DAP/ano (FNDE, 2014). O valor a ser recebido por aluno varia conforme a modalidade de ensino frequentada, segundo Resolução Nº 26 de Junho de 2013 no seu Art. 38 que dispõe sobre os valores a serem repassados para as escolas:

II - o valor per capita para oferta da alimentação escolar a ser repassado será de:

- a) R\$ 0,30 (trinta centavos de real) para os alunos matriculados no ensino fundamental, no ensino médio e na Educação de Jovens e Adultos - EJA;
 - b) R\$ 0,50 (cinquenta centavos de real) para alunos matriculados na pré-escola, exceto para aqueles matriculados em escolas localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos;
 - c) R\$ 0,60 (sessenta centavos de real) para os alunos matriculados em escolas de educação básica localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos;
 - d) R\$ 1,00 (um real) para os alunos matriculados em escolas de tempo integral com permanência mínima de 7h (sete horas) na escola ou em atividades escolares, de acordo com o Censo Escolar do INEP/MEC;
 - e) R\$ 1,00 (um real) para os alunos matriculados em creches, inclusive as localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos;
- III - para os alunos do Programa Mais Educação haverá complementação financeira de forma a totalizar o valor per capita de R\$ 0,90 (noventa centavos de real);
- IV - para os alunos que frequentam, no contraturno, o AEE, o valor per capita será de R\$ 0,50 (cinquenta centavos de real); (FNDE, 2013, p.18-19).

2.4.2 Programa de aquisição de alimentos – PAA

O programa de aquisição de alimentos – PAA foi instituído através do artigo 19 da Lei 10.696/2003, foi alterado pela Lei 12.512/2011 e regulamentado pelo Decreto 7.775 de 2012, é uma das ações que compõe o Brasil sem Miséria no seu eixo Inclusão Produtiva Rural. A partir dessa regulamentação o PAA passa a ser executado mediante um termo de adesão dispensando convênios. Trata-se de uma ação do Governo Federal para colaborar no enfrentamento da fome, pobreza e fortalecimento da Agricultura Familiar. O Programa conta com mecanismos de comercialização que visam favorecer a aquisição direta de produtos de agricultores familiares e das instituições que representam o setor.

Segundo o Decreto Nº 7.775 de 2012 o PAA integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN e tem as seguintes finalidades:

- I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda;
- II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- IV - promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação escolar nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;
- V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
- VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;
- VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;
- VIII - promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional;
- IX - estimular o cooperativismo e o associativismo. (BRASIL, 2012, p. 1)

O PAA é executado com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS em parceria com estados, municípios e com a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab responsável pela execução do programa. De sua criação em 2003 até 2005 o PAA foi operado pelo MDS e a partir de 2006 é que passou a ter participação do MDA. Podem acessar a política do PAA agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos, comunidades tradicionais e empreendimentos familiares rurais portadores da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP.

Os alimentos são adquiridos parte pelo governo diretamente dos agricultores e parte são adquiridos por organizações da agricultura familiar. Esses alimentos são mantidos em estoque para venda em momento mais propício como também podem ser feitas doações simultâneas para a população em maior vulnerabilidade social. Existem cinco modalidades de compra pelo PAA, sendo elas: compra com Doação Simultânea (CDS), Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), apoio a Formação de Estoques (CPR estoque), Incentivo a Produção e Consumo de Leite e a Compra Institucional. As primeiras três modalidades são de responsabilidade da CONAB e as demais, são de responsabilidade dos estados e municípios. Em 2012 com a criação da modalidade compra Institucional, qualquer instituição pública que forneça alimentação a seus servidores/empregados pode acessar o PAA (MDA, 2014).

Das modalidades operadas pela CONAB apenas a CDS – Compra com Doação Simultânea é operada exclusivamente com recursos do MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, a Compra Direta – CDAF e a CPR estoque têm recursos do MDS e MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O Art. 17 do Decreto Nº 7.775 de 05 de Julho de 2012 estabelece as modalidades de execução do PAA:

I - Compra com Doação Simultânea - compra de alimentos diversos e doação simultânea às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e, em condições específicas definidas pelo GGPAA, à rede pública e filantrópica de ensino, com o objetivo de atender demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;

II - Compra Direta - compra de produtos definidos pelo GGPAA, com o objetivo de sustentar preços, atender a demandas de programas de acesso à alimentação e das redes socioassistenciais e constituir estoques públicos;

III - Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite - compra de leite que, após beneficiamento, é doado aos beneficiários consumidores;

IV - Apoio à Formação de Estoques - apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao Poder Público ou destinação aos estoques públicos;

V - Compra Institucional - compra voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios; (BRASIL, 2012, p.8).

A participação das organizações fornecedoras é definida pelo Art. 19 do Decreto Nº 7775 de Julho de 2012 que foi alterado pelo Decreto Nº 8293 de Agosto de 2014 que estabelece os limites por modalidade. O limite por unidade familiar na modalidade Compra com Doação Simultânea é de R\$ 6.500,00 por ano, esse limite é ampliado para R\$ 8.000,00 em unidades familiares que fazem a venda por meio de organizações fornecedoras (cooperativas e associações). Nas demais modalidades esse limite é de R\$ 8.000,00 o beneficiário fornecedor pode participar de mais de uma modalidade e os limites são independentes entre si (MDA, 2013).

Conforme a CONAB (2013) o Programa de Aquisição de Alimentos apresenta uma evolução constante de recursos investidos, conforme os dados da Conab os investimentos passaram de 81 milhões em 2003 para 586 milhões de reais em 2012. A tabela abaixo se refere apenas as modalidades executadas pela Conab.

Tabela 2. Recursos investidos no PAA

ANO	REGIÕES					TOTAL
	CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	
2003	12.238.974	31.672.408	12.386.912	7.603.665	17.639.249	81.541.207
2004	3.386.094	42.307.978	28.391.528	8.903.396	24.196.831	107.185.826
2005	5.538.352	34.745.917	16.149.222	13.876.678	42.481.492	112.791.660
2006	10.045.899	54.857.717	17.812.507	32.440.707	85.510.564	200.667.394
2007	8.706.953	56.116.343	18.799.859	42.080.968	102.648.840	228.352.963
2008	9.893.516	80.838.353	15.679.112	73.486.284	93.032.175	272.929.439
2009	13.224.101	102.838.205	15.550.480	78.842.348	152.926.807	363.381.941
2010	21.400.943	121.858.906	28.348.787	79.151.714	128.975.115	379.735.466
2011	32.025.103	153.674.198	29.386.137	111.741.509	124.209.257	451.036.204
2012	43.282.942	153.226.887	37.722.673	131.776.716	220.557.912	586.567.131
TOTAL	159.742.876	832.136.912	220.227.218	579.903.985	992.178.243	2.784.189.233

Fonte e Elaboração: CONAB/GECAF

No ano de 2013 foram investidos 1,4 bilhão de reais no PAA. A Conab disponibilizou o número de agricultores (Tabela 3) que acessaram o programa de 2003 a 2012 nas modalidades executadas pela Conab.

Tabela 3. Número de agricultores que acessaram o PAA

ANO	REGIÕES					TOTAL
	C.OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	
2003	5.887	19.030	6.022	3.100	7.302	41.341
2004	1.608	20.439	13.757	3.685	10.182	49.671
2005	2.656	16.315	8.544	6.091	18.369	51.975
2006	4.450	22.366	8.620	13.520	37.587	86.543
2007	2.881	22.334	9.036	18.608	39.513	92.372
2008	3.154	27.135	5.130	25.161	30.043	90.623
2009	3.855	29.064	5.386	22.041	37.994	98.340
2010	5.625	32.146	7.270	20.889	28.456	94.386
2011	7.480	38.595	7.175	26.935	26.415	106.600
2012	9.558	37.194	8.089	32.001	41.962	128.804
TOTAL	47.154	264.618	79.029	172.031	277.823	840.655

Fonte e Elaboração: CONAB/GECAF

Na Tabela 4 é possível observar a evolução da quantidade de produto, em toneladas, oferecida pelos agricultores nas modalidades executadas pela Conab nos anos de 2003 a 2012. As oscilações de oferta se devem ao tipo de produto oferecido e seu valor agregado.

Tabela 4. Quantidade de produto adquirido pelo PAA

ANO	REGIÃO					TOTAL
	C.OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	
2003	31.382	41.133	17.749	12.673	32.307	135.244
2004	4.355	78.656	37.168	26.540	10.709	157.428
2005	10.924	102.582	19.446	10.855	12.634	156.440
2006	16.312	54.099	18.845	29.050	93.888	212.193
2007	9.570	37.945	19.305	30.533	106.232	203.585
2008	5.611	44.065	13.323	48.694	63.023	174.717
2009	11.583	67.234	11.817	58.277	138.264	287.174
2010	18.996	67.134	17.962	53.514	68.289	225.895
2011	16.378	85.358	18.237	76.611	89.057	285.641
2012	22.366	72.363	18.779	84.253	99.849	297.610
TOTAL	147.477	650.570	192.631	430.999	714.252	2.135.928

Fonte e Elaboração: CONAB/GECAF

Diante dos dados acima é possível inferir que o investimento realizado no Programa de Aquisição de Alimentos apresentou uma variação durante os anos de aquisição, e apesar de ter aumentado o valor de recursos investidos de 2003 a 2012 percebe-se que durante a gestão do presidente Lula o valor triplicou e na gestão Dilma esse aumento é tímido.

3 METODOLOGIA

O estudo foi realizado na Cooperativa Alternativa da Agricultura Familiar – Cooper Familiar, Chapecó – SC, no período de Março a Outubro de 2014. Os dados foram coletados através de pesquisa documental e observação direta, acompanhando as atividades administrativas da cooperativa e suas deliberações nas assembleias com os agricultores. Os fluxos materiais e burocráticos referentes às operações de comercialização vinculadas ao mercado institucional foram identificados.

A metodologia utilizada foi o estudo de caso e foi aplicado para resolver questões de “como” e “por que” determinados fenômenos ou situações acontecem num contexto onde o pesquisador não tem controle sobre os eventos. Essa metodologia contribui para a compreensão de fenômenos individuais, organizacionais, políticos e sociais, principalmente na compreensão de fenômenos sociais mais complexos (YIN, 2001). A abordagem utilizada no estudo foi a abordagem sistêmica que por sua vez permite elaborar um estudo com uma visão mais abrangente, estudando as partes do sistema até se terem esgotadas todas as percepções e por fim fazer uma análise do todo (WÜNSCH, 2010).

Para entender a situação atual da cooperativa foi descrita e avaliada a estrutura física e de pessoal. E a partir de uma abordagem sistêmica, foram verificadas as oportunidades e fragilidades da cooperativa frente ao mercado institucional. Foram acompanhadas as principais atividades da administração da cooperativa em relação ao mercado institucional, observando os procedimentos legais em reuniões com entidades parceiras, o fluxo burocrático necessário para operacionalizar os programas de compra de alimentos e também a organização produtiva dos agricultores familiares participantes dos projetos do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

A Cooper Familiar representa uma importante entidade da agricultura familiar na região Oeste de Santa Catarina, o critério utilizado para escolher esta cooperativa é a importância que a mesma tem para a região, sua representatividade como entidade da agricultura familiar e o pioneirismo no mercado institucional, sendo uma das primeiras cooperativas a operar no PAA no oeste de SC. Hoje a Cooper Familiar conta com aproximadamente 1200 sócios e abrange 15 municípios do oeste de Santa Catarina, começou a operar no mercado institucional no ano de 2004 com o Programa de Aquisição de Alimentos e em 2009, com o Programa Nacional Alimentação Escolar, ainda antes disso já tinha firmado convênio com a prefeitura de Chapecó-SC para entrega de alimentos na merenda escolar.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Cooper Familiar começou a atuar no mercado institucional no ano de 2002, quando se estruturou o primeiro convênio com a prefeitura municipal de Chapecó – SC e aconteceu a primeira compra de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar. A seguir será apresentado o histórico da cooperativa e dados sobre sua participação nos programas institucionais de aquisição de alimentos da agricultura familiar.

4.1 HISTÓRIA DA COOPER FAMILIAR

A Cooperativa Alternativa da Agricultura Familiar – Cooper Familiar foi constituída em 17 de abril de 1995 através de um debate realizado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó- SC, surgiu da necessidade de se ter um instrumento que viabilizasse compras e vendas coletivas de insumos e produtos e também do repasse do crédito agrícola para os agricultores (Bergamin, 2010).

Em 1997 estavam organizados os primeiros grupos de produtores no setor das sementes crioulas e na produção de laranja. Em 1998 cria-se a marca Sabor Colonial que surgiu da necessidade apontada pelos agricultores de se ter uma marca diferenciada para os produtos da agricultura familiar. Em 2001 surgem às primeiras agroindústrias familiares que passam a atuar como filiais da cooperativa.

Já no ano de 2002 a cooperativa passa por uma reestruturação onde se decide fechar o espaço existente de comercialização de insumos agropecuários e é decidido trabalhar com a organização da produção dos associados e comercializar os produtos no mercado institucional. O espaço de comercialização de insumos agropecuários teve seu fechamento influenciado pela pressão exercida por outras cooperativas e empresas do setor que começaram a atuar fortemente, outro fator que influenciou foi o baixo capital de giro que a cooperativa apresentava.

Ainda no ano de 2002 se estrutura o primeiro convênio com a prefeitura de Chapecó, onde acontece a primeira compra de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar via Cooper Familiar, neste momento também se estabelece uma via de comercialização através do Mercado Público Regional. No ano de 2003 ocorre a organização da venda coletiva do leite. Em 2004 a cooperativa começa a operar no programa institucional PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, iniciando também os trabalhos com as feiras e a loja de produtos

coloniais. De 2004 a 2010 a cooperativa passa por um período de estagnação, operando alguns projetos de mercado institucional e feiras. Esse período de estagnação se deve muito a dificuldades de gestão da cooperativa. De 2011 a 2013 a cooperativa passa por uma reestruturação, entrando com maior força nos projetos e programas de compra institucional. Nesse período ocorre também o desmembramento de alguns municípios que pertenciam a outra cooperativa e a Cooperfamiliar começa a operar também na logística do leite.

A cooperativa se estrutura em uma matriz em Chapecó e nove filiais que operam em Chapecó, Guatambu, Cordilheira Alta, Nova Itaberaba e Arvoredo, municípios no entorno. As filiais da cooperativa são agroindústrias. As filiais possuem autogestão, mas para alguns trâmites dependem da aprovação da matriz. Todas as ações da cooperativa tem um fluxo de realização, ao surgir a demanda é feita uma avaliação de viabilidade e posterior a isso a aprovação ou não em assembleia.

A cooperativa em sua matriz se mantinha em espaço alugado junto ao prédio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó e para fazer a logística de entrega dos produtos da alimentação escolar utilizava o espaço da feira livre. Em 2014 mudou-se para um espaço maior, também alugado, mas que proporciona espaço físico para as atividades de escritório e também de entrega dos produtos da alimentação escolar.

Tabela 5. Número de associados nos municípios de abrangência da Cooper Familiar.

Municípios	Número de Associados
Xaxim	33
Xavantina	2
União do Oeste	1
São Carlos	2
Quilombo	5
Planalto Alegre	18
Marema	2
Nova Itaberaba	146
Guatambu	185
Coronel Freitas	70
Cordilheira Alta	204
Chapecó	455
Caxambu do Sul	2
Arvoredo	78
Águas de Chapecó	30
Total	1233

Fonte: Livro de Registros Cooper Familiar, 2014.

A Cooper Familiar conta atualmente com 1.233 associados, abrangendo 15 municípios da região Oeste de Santa Catarina, os municípios que tem maior

representatividade dentro da cooperativa são Chapecó, Cordilheira Alta, Guatambu, Nova Itaberaba e Arvoredo.

4.2 COOPER FAMILIAR E O PROGRAMA NACIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A Cooper Familiar entrega produtos para a alimentação escolar no município de Chapecó, Cordilheira Alta, Nova Itaberaba e Guatambu. Para mostrar a dimensão do programa de alimentação escolar, dentro da cooperativa, foi utilizado como exemplo o município de Cordilheira Alta – SC, que recebe desde 2009 os produtos da Cooper Familiar. De 2009 a 2013 foram movimentados mais de R\$ 80.000,00 na compra de produtos da agricultura familiar, com cerca de 50 agricultores envolvidos. Na tabela 6 podemos verificar a evolução das operações do PNAE de 2009 a 2013 no município.

Tabela 6. Evolução das operações do PNAE

Cordilheira Alta			
Ano	Quantidade de Produto (kg-l)	Valor (R\$)	Número de Agricultores
2009	3.869,16	12.916,60	14
2010	3.193,25	13.576,67	13
2011	5.754,00	23.328,53	6
2012	5.162,50	19.827,95	8
2013	3.643,85	19.028,52	10
Total	21.622,76	88.678,27	10*

Fonte: Elaborado pela Autora, 2014.

*Média do número de agricultores que acessaram durante os cinco anos de execução.

Em Cordilheira Alta - SC a Cooper Familiar tem 204 associados, isso representa 47% dos estabelecimentos da Agricultura Familiar do município. Dessas famílias associadas apenas 51 acessaram o recurso durante os cinco anos de execução.

O valor recebido por agricultor é definido pela quantidade de produto entregue, mas se forem divididos os valores anuais de forma igualitária pode-se perceber que esse valor não chega ao limite individual de R\$ 20.000 que os agricultores podem acessar anualmente. E mesmo que toda a alimentação escolar fosse comprada da agricultura familiar esse valor não alcançaria, também, o teto estabelecido. Essa é uma realidade que restringe a participação da

agricultura familiar, pois apesar do espaço a demanda por produtos não absorve todos os agricultores.

Apesar do esforço da cooperativa em incluir mais famílias no processo o acesso ainda é baixo. A dificuldade de inclusão se deve muito a burocratização do processo, às exigências em documentação e a falta de organização da produção familiar. Não existe também uma estabilidade nos pedidos dos produtos, por que esses dependem do cardápio formulado pelos profissionais da nutrição das escolas, o que dificulta a organização da produção dentro das propriedades, pois não existe regularidade nos pedidos.

Em municípios de menor porte existem ainda outros entraves na comercialização via PNAE, um deles diz respeito à falta de compreensão dos gestores públicos sobre a importância das compras diretas da agricultura familiar, muitos municípios compra apenas os 30% obrigatórios por lei, destinando o recurso dos outros 70% para compra de industrializados de outras regiões. Essas dificuldades também são identificadas em outras cooperativas conforme estudo da Comissão Pró Índio – SP (2014) na Cooperativa dos Assentados e Pequenos produtores da Região de Itapeva e Itaberá – COAPRI/SP onde o principal entrave na comercialização via PNAE é a falta de interesse das prefeituras em adquirir os produtos.

Apesar de ter iniciado no mercado institucional ainda no ano de 2002 a cooperativa não conta com muitos registros digitais desses trâmites. O banco de dados digitais da Cooper Familiar é limitado no oferecimento de informações sobre seu funcionamento, portanto alguns municípios que operam no PNAE não têm digitalizado todas as chamadas e os valores acessados o que dificulta o levantamento de informações.

Diante das informações acima podemos concluir que o mercado institucional no âmbito da alimentação escolar é mais um canal de comercialização para os agricultores familiares, mas não deve ser levado como principal fonte de renda e forma de comercialização, pois, como outros programas institucionais, depende da vontade política das administrações municipais, estaduais e do valor repassado aos estados e municípios que depende por sua vez da quantidade de alunos matriculados.

4.3 FUNÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Políticas públicas, como o PNAE, têm grandes influências sobre a agricultura familiar, desenvolvimento local e regional. Carvalho e Turpin (2008) se dedicaram ao estudo

dessas influências e perceberam que a alimentação escolar vai muito além de suprir as necessidades energéticas e nutricionais, estão ligadas também à geração de renda para as populações locais, valorização da vocação agrícola regional, educação ambiental e desenvolvimento.

Comprando produtos da agricultura familiar o município garante um maior giro da economia local, fortalecendo o vínculo com a população, valorizando a produção local e distribuindo melhor a renda, já que a parcela de população fornecedora dos produtos é geralmente a parcela mais carente do município. Turpin (2008) reforça a importância da compra local pelo aspecto da geração de confiança, cooperação e acúmulo de capital social entre produtor e comprador.

A compra de alimentos da agricultura familiar sob o aspecto da alimentação escolar reforça o cumprimento do que determina a legislação do PNAE, que é o respeito pelos hábitos alimentares locais e a vocação agrícola da região. Esses aspectos contribuem para a saúde nutricional dos estudantes, pela aceitação do alimento, menor desperdício e para a aproximação da realidade agrícola local, que por vezes é desconhecida na escola. Atualmente na região Oeste de Santa Catarina uma grande parte da população ainda apresenta algum laço ou contato com o meio agrícola, mas se não houver um trabalho sério de aproximação das futuras gerações com o meio rural, mais propriamente com o setor que produz alimentos, corre-se o risco de observar futuramente a desvalorização da questão alimentar. Morgan & Sonnino (2007) trazem a reflexão acerca da refeição consumida na escola, como uma ferramenta de educação que fornece um contexto para promover, através de aquisições locais, os valores e significados ligados aos alimentos.

Para os produtores rurais o PNAE representa um novo mercado, capaz de garantir renda e valorizar os produtos locais. No mercado convencional a agricultura familiar não tem escala de produção para concorrer com a agricultura patronal e teria seu produto, mesmo que de qualidade, excluído do mercado. Com a alimentação escolar o agricultor familiar consegue inserir boa parte de sua produção a preços mais justos e com continuidade garantida por lei. A valorização vai muito além daquela imposta ao alimento através de um preço mais justo, está ligada a valorização de um estilo de vida próprio da agricultura familiar. Para Triches (2010) o PNAE contribui para a organização dos agricultores familiares, pois leva a uma necessidade de cooperação entre os agricultores e com suas entidades representativas e a medida que acessam os mercados empoderam-se e obtêm maiores condições de sobrevivência e reprodução.

Outro aspecto fundamental da alimentação escolar é o incentivo a produção orgânica, dado pela preferência a esses produtos em relação aos produtos convencionais. A opção por produtos orgânicos corrobora com a preservação do meio ambiente, que é uma das bases para o desenvolvimento sustentável, pois reduz o uso de insumos como adubos químicos e agrotóxicos, responsáveis hoje pela grande contaminação do ambiente agrícola. A compra de produtos locais reduz também o gasto energético com transporte e garante que a procedência do produto possa ser acompanhada de perto.

Oliveira & Rocha (2008), estudando o impacto da alimentação local como instrumento promotor de educação ambiental em escolas do Cerrado, aponta a escola como ambiente institucional formador capaz de promover a educação ambiental utilizando o conhecimento tradicional e o conhecimento tecno-científico de uma região, a preservação do ambiente local seria fruto da promoção do conhecimento. Morgan & Sonnino (2010), durante seu estudo sobre a importância de políticas públicas no âmbito da alimentação escolar, afirmam que o uso de produtos saudáveis nos cardápios escolares cria oportunidades para o desenvolvimento econômico quando os produtores locais tem o produto e infraestrutura para distribuí-lo. Desta forma a alimentação escolar tem papel importante na criação de novas oportunidades aos agricultores e na reconexão entre o espaço escolar e os produtores locais de alimentos.

4.4 COOPER FAMILIAR E O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

A Cooper Familiar começou a atuar no PAA no ano de 2004 operando na modalidade compra com doação simultânea. São atendidas várias entidades socioassistenciais dos municípios, essas entidades, assim como a cooperativa são cadastradas junto a CONAB como beneficiários do programa e após aprovação deste cadastro estão aptos a participar do PAA. De forma geral quem indica as entidades socioassistenciais, em cada município, são os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.

Para acessar os recursos do PAA a cooperativa monta uma proposta de participação onde informa os agricultores familiares, os alimentos a serem adquiridos, a quantidade, as entidades que serão atendidas e a forma de entrega dos produtos. Antes de montar a proposta a cooperativa se reúne com as entidades beneficiárias e com os agricultores a fim de estabelecer a melhor proposta possível. Os preços são definidos em conjunto com a CONAB e são calculados através dos preços praticados na região. Se a proposta enviada pela

cooperativa for aprovada é emitido uma Cédula de Produto Rural e são entregues os alimentos para as entidades. O pagamento só é efetuado pela CONAB após a confirmação de entrega dos produtos às entidades.

O valor de cada proposta varia conforme o tipo de alimento e a quantidade de entidades socioassistenciais da região atendida. O atendimento, apenas de instituições cadastradas no município tem limitado a ampliação do programa e a inserção de mais agricultores, conforme Lemos (2014) é preciso ampliar a discussão sobre a ampliação do PAA e enxergar que o desenvolvimento local vai além dos limites territoriais.

Na tabela 7 podemos verificar a evolução dos recursos investidos e da quantidade de produto na modalidade Compra com Doação Simultânea pela Cooper Familiar durante os anos de 2007 a 2013.

Tabela 7. Evolução dos recursos, número de agricultores e quantidade de produto na modalidade compra com doação simultânea pela Cooper Familiar.

Ano	Valor acessado (R\$)	Quantidade de produto (kg)	Quantidade de agricultores
2007	460.283,07	266.864,00	92
2008	112.133,86	78.614,7	74
2009	50.833,29	23.818,00	18
2010	83.922,64	61.275,00	34
2011	138.023,87	269.949,00	290
2012	69.106,31	222.202,00	152
2013	558.544,9	312.441,2	83

Fonte: Elaborado pela Autora

A variação de valores em relação à quantidade de produto se deve ao fato de que os produtos industrializados têm maior valor agregado que os produtos in natura, por exemplo, 1 kg de bolacha de milho custa em média R\$ 6,65 enquanto 1 kg de farinha de milho custa R\$ 1,15. Em 2011 foi entregue praticamente a mesma quantidade de produtos que o ano de 2012, mas o valor recebido foi 49% maior em 2011 em virtude da entrega de produtos industrializados. A diminuição da entrega de produtos industrializados para o programa está ligada aos preços praticados pela Conab, que se encontram defasados. Os agricultores não querem comercializar os produtos industrializados por preço muito baixo, pois existe um

custo de produção e uma carga tributária elevada. De 2008 a 2010 os valores acessados ficaram um pouco abaixo dos demais anos em função de dificuldades de gestão.

Da mesma forma que acontece com o PNAE o número de agricultores que acessam o PAA é baixo quando comparado com o número de associados da Cooper Familiar. O ano que em que teve maior acesso de famílias foi 2011 e mesmo assim esse valor representa apenas 23% dos associados. O valor acessado por família também é baixo, no ano de 2013 onde foram acessados os maiores valores, pode-se verificar que se fossem divididos de forma igualitária o valor por agricultor não passaria de R\$ 7.000,00/ano o que daria uma renda mensal de pouco mais de R\$ 500,00 por agricultor. Dessa forma, apoiar-se no PAA como principal fonte de renda não garante a sustentação de uma unidade familiar.

Em nível nacional, o PAA, também se mostra insatisfatório, usando os dados de 2003 a 2012 ao dividir o valor investido, que foi de R\$ 2.784.189.233, pelo número de agricultores que acessaram 840.655, percebe-se que a renda anual bruta fica na faixa de R\$ 3.311, 92 o que não chega a R\$ 300, 00 mensais. E quando comparamos o número de agricultores que acessaram o programa com o total de estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil podemos identificar a grande dificuldade de acesso. Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006 o Brasil possui 4.367.902 estabelecimentos que se enquadram como agricultura familiar. De 2003 a 2012 nem 20% desses estabelecimentos conseguiram acessar o programa.

O resultado tímido do programa de aquisição de alimentos nesses dez anos de execução se deve muito em função da desarticulação de alguns setores, principalmente da assistência técnica e do apoio aos empreendimentos da agricultura familiar. Por vezes as organizações da agricultura familiar têm tido dificuldades de inserir os agricultores no processo e tem sido excluída pela falta de conhecimento. As famílias que tem conseguido acessar o PAA são, normalmente, famílias ligadas a algum movimento social ou organização com tempo de luta. Dessa forma o programa não tem conseguido atingir as famílias com maiores dificuldades, que são aquelas que no geral se encontram desorganizadas.

O programa de aquisição de alimentos foi criado com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar através da abertura de mercados, mas é importante destacar que sua criação também objetiva atender as pessoas em maior vulnerabilidade social com a doação dos alimentos. Essa dupla função do programa é entendida pelos autores Ribeiro & Dias (2013); Schneider (2014) como uma forma unicamente de incluir os agricultores familiares no mercado e gerar renda, esquecendo que o fortalecimento da agricultura familiar deveria contar com políticas de reforma agrária e de prestação de serviços públicos para o campo. Desta

forma as políticas para a agricultura familiar estariam migrando para o âmbito assistencialista e mercantil.

Dentro da Cooper Familiar e em nível nacional o PAA tem incentivado os agricultores familiares a diversificar suas unidades familiares, melhorando a alimentação e a renda. Mas em alguns casos o PAA tem gerado dependência dos agricultores e se tornado o único mercado para a comercialização dos produtos, e como já vimos nos dados acima a renda gerada não é suficiente para manter uma unidade familiar. Existem ainda outras preocupações que desafiam a cooperativa no âmbito do mercado institucional que são a grande instabilidade diante da mudança dos governantes, descontinuidade do programa pela falta de planejamento dos órgãos governamentais e burocratização do processo, que dificulta a inserção de mais famílias.

4.5 RISCOS DO MERCADO INSTITUCIONAL

A comercialização através de mercados institucionais apresenta alguns riscos vinculados principalmente à instabilidade diante da mudança de governos e descontinuidade pela falta de planejamento dos órgãos governamentais.

O mercado institucional é fruto da intervenção do Estado nas relações sociais e econômicas buscando amparar uma parcela da população em vulnerabilidade social. No caso do PAA e do PNAE essa parcela da população corresponde aos agricultores familiares, excluídos pelo processo de modernização da agricultura, e as pessoas em geral que apresentam baixa renda e dificuldade de inclusão social.

A visão sobre o papel das políticas públicas na sociedade diverge conforme as estratégias de desenvolvimento de cada governo, que por sua vez, dependem da orientação política de quem governa. Configurado como uma política pública para combater a fome e a desnutrição tanto o PAA quanto o PNAE apresentam instabilidades frente à essas mudanças. A importância dada aos programas depende do foco das ações de cada gestão e reflete diretamente no alcance dessas políticas na sociedade.

Os entraves do mercado institucional ganham ainda mais visibilidade nas administrações estaduais e municipais, onde a falta de planejamento ou mesmo o desconhecimento da importância dessas políticas para o desenvolvimento regional têm atrapalhado seu funcionamento e transformado o que seria uma garantia num constante desafio.

5 PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA COOPERATIVA

A Cooper Familiar desenvolve alguns programas, considerados estruturantes para a cooperativa, a partir disso é possível organizar a produção das unidades familiares e ofertar produtos regularmente aos canais de comercialização acessados, bem como buscar alternativas de comércio. O mercado institucional, dentro da Cooper Familiar, depende diretamente do sucesso obtido pelos programas, boa parte do que é produzido nesses espaços é destinado a comercialização via institucional.

A diversificação de canais de comercialização é uma estratégia fundamental para cooperativas da agricultura familiar, já que uma das características primordiais da produção familiar é a diversificação. Acessando vários mercados a cooperativa consegue escoar a produção dos associados com eficiência e se mantém firme diante das flutuações dos preços.

A cooperativa pretende criar uma Unidade de Processamento, Comercialização e Distribuição de Produtos (UPCD) da agricultura familiar. Essa unidade irá auxiliar os agricultores familiares a comercializar seus produtos, principalmente a produção excedente que não teve espaço nos canais de comercialização já acessados pela Cooper Familiar. A ideia é que se possa abastecer mercados, padarias, fruteiras e o varejo, além de criar uma loja virtual para ajudar na divulgação dos produtos (COOPER FAMILIAR, 2014).

5.1 PROGRAMA DAS AGROINDÚSTRIAS

A Cooper Familiar conta com nove agroindústrias familiares em funcionamento e mais três agroindústrias em processo de legalização, são empreendimentos que trabalham com panificados, doces, geleias, queijos, embutidos de carne, sucos e leite. A criação das agroindústrias foi um passo importante para a estruturação da cooperativa, visto que, para atender os canais de comercialização que a cooperativa acessa é necessário diversidade de produtos. A agroindustrialização contribuiu também para o melhor aproveitamento dos alimentos produzidos nas unidades familiares. A oferta de produtos processados ou minimamente processados tem grande aceitabilidade na alimentação escolar e no PAA pela facilidade de preparo. Para o agricultor representa um aumento de renda pelo valor agregado ao produto.

A implantação das agroindústrias, assim como sua manutenção, foi possível através de linhas de crédito e da participação de outros projetos governamentais. Um exemplo de

projeto estruturante às agroindústrias é o projeto Territórios do Oeste que proporcionou a compra de inúmeros equipamentos para melhorar o funcionamento das agroindústrias.

Muitas outras unidades familiares poderiam ter agroindústrias em funcionamento se não fosse a grande burocracia envolvida no processo de legalização das mesmas. A legislação sanitária também tem sido grande entrave para legalização de novas agroindústrias e mesmo para o funcionamento das que já estão legalizadas. O modelo sanitário vigente é muito apoiado em grandes empreendimentos e exige condições de funcionamento que não estão ao alcance dos empreendimentos familiares. A pressão exercida pelas grandes cadeias agroindustriais também tem se apresentado como um desafio a Cooper Familiar, tanto na competitividade dos produtos por mercado como pela perda de associados para o sistema de integração.

5.2 PROGRAMA DO LEITE

O programa do leite teve início na Cooperfamiliar a partir do desmembramento de alguns municípios que pertenciam à região de abrangência da Cooperafle (Cooperativa Regional dos Agricultores Familiares Produtores de Leite). No ano de 2011 a Cooper Familiar assumiu a logística do leite dos municípios de Arvoredo, Chapecó, Guatambu, Nova Itaberaba e Cordilheira Alta.

O trabalho com a produção leiteira é uma das atividades que envolvem grande número de associados da Cooper Familiar, em 2013 eram cerca de 190 famílias na atividade entregando mais de três milhões de litros de leite. Em 2014 o município de Arvoredo saiu fora desse grupo, pois apresentava uma linha inviável e muito custosa para a cooperativa, os agricultores que entregavam leite nesse município para processamento em Chapecó passaram a entregar a uma agroindústria do próprio município que industrializa o leite e o transforma em queijos.

Dos municípios que entregam leite para a cooperativa o município de Cordilheira Alta – SC se destaca com o maior número de produtores e Guatambu – SC com a maior litragem/ano. O leite recolhido é destinado para o mercado institucional, principalmente a alimentação escolar, e outra parte são destinadas aos mercados da região. A cooperativa trabalha com leite UHT e o pasteurizado integral e pretende muito em breve iniciar as atividades de industrialização em unidade própria a ser instalada no município de Cordilheira Alta – SC.

Diante do cenário que a cadeia leiteira vem enfrentando no ano de 2013 e 2014 é possível inferir que a construção de uma sede própria para a cooperativa pode ser um passo acertado. A dependência de empresas terceirizadas para fazer a industrialização do leite é um risco pois o pagamento aos produtores sofre atrasos além das questões relacionadas a adulteração do produto. O leite é uma das principais fontes de renda para os associados da cooperativa e essa independência no processamento do produto pode ser uma saída interessante para os produtores.

5.3 PROGRAMA DAS FEIRAS

A Cooper Familiar iniciou seu trabalho de apoio às feiras de produtos coloniais em 2004 debatendo junto com os agricultores a importância desse espaço para a comercialização dos produtos, bem como a importância da aproximação entre produtor e consumidor. Os agricultores que participam das feiras são em grande parte os mesmo que participam das chamadas públicas de PAA e PNAE, mas vale ressaltar que a participação na feira representa até 90% da renda dessas unidades familiares. A comercialização nas feiras é entendida como um processo mais vantajoso em relação ao mercado institucional, pois na feira não existem atrasos de pagamento e o contato com o consumidor é ainda mais evidente.

A cooperativa não conta com uma estrutura de pessoal capaz de suprir as necessidades dos agricultores associados por assistência técnica e para tanto conta com a parceria de prefeituras, sindicatos e outras instituições que prestam ATER. A falta de pessoal é uma das principais dificuldades da cooperativa, pois dentro do programa das feiras existe o acompanhamento do grupo de agricultores ecológicos certificados, que demandaria maior atenção para o planejamento das atividades.

6 IMPACTO DO MERCADO INSTITUCIONAL NA COOPER FAMILIAR

O mercado institucional como política de comercialização de produtos da agricultura familiar, apesar de todas as contradições, tem incentivado os agricultores a se organizarem em cooperativas ou associações, visto que o limite de valor acessado é maior para agricultores organizados em cooperativas do que o limite para os agricultores que trabalham de forma individual. Para os agricultores que já estavam organizados em cooperativas, as políticas de compra governamentais correspondem a mais um canal de comercialização, possibilitam a organização da produção dentro das unidades familiares e a venda de produtos que não tem espaço no mercado convencional, por não terem escala de produção.

Para a Cooper Familiar o mercado institucional é muito importante para escoar a produção dos associados e estruturar a cooperativa. Hoje a Cooper Familiar busca consolidar novos canais de comercialização, inserindo produtos com diferenciação, principalmente na qualidade. O que se percebe é que o mercado institucional é uma situação transitória da cooperativa e serve como garantia de mercado até que se possam inserir no mercado convencional os produtos da agricultura familiar, de forma competitiva. O mercado institucional é importante para o funcionamento da cooperativa mas se faz necessário a ampliação de horizontes mercadológicos visto a instabilidade de um mercado regulado pelo Estado. Esse processo é notório não só na Cooper Familiar, mas também, conforme Comissão Pró Índio - SP (2014), em outras cooperativas como a COOTAP-RS onde a partir do mercado institucional foi possível organizar a produção, potencializar a unidade familiar e reduzir as perdas de produtos dentro da unidade familiar.

Apesar de nem todos os associados poderem acessar os programas do PAA e do PNAE o mercado institucional tem contribuído para o funcionamento da cooperativa para a melhoria de sua estrutura física e de pessoal. Hoje o custo administrativo da cooperativa gira em torno de R\$ 15.000,00 mensais, provenientes do gasto com aluguel da estrutura que sedia a matriz em Chapecó – SC, do salário dos colaboradores, financiamentos dos carros e caminhões que são utilizados para as entregas do PAA e PNAE e também pelos outros investimentos na ampliação das estruturas da cooperativa. Para cobrir esse custo administrativo a cooperativa tem utilizado 12% do que é recebido nas chamadas do PNAE e R\$ 0,03 por litro de leite recolhido. No ano de 2013 foram movimentados cerca de três milhões de reais em compras institucionais, para o ano de 2014 a expectativa é de uma movimentação de quatro milhões de reais.

Entre o programa PAA e PNAE a cooperativa tem mais de 50% dos associados envolvidos, são unidades familiares que buscam estruturação através do aumento de renda proporcionado por esse novo canal de comercialização. É importante frisar também que não apenas o lado econômico tem melhorado nessas famílias, mas também, seu reconhecimento diante a sociedade e sua qualidade de vida.

A diversificação das propriedades, incentivada pela oportunidade de comercialização, permite que hoje a Cooper Familiar tenha a oferta regular de muitos produtos e possa atender as chamadas institucionais tanto do PAA como do PNAE. A tabela abaixo (tabela 7) exemplifica a diversidade de produtos oferecidos pela cooperativa e o número de agricultores que produzem.

Tabela 7. Diversidade de produtos e número de agricultores.

PRODUTO	Nº DE AGRCULTORES	DIVERSIDADE
Hortifruti	109	Abacaxi, Alface, Repolho, Banana, Rúcula, Couve – flor, Couve-folha, Beterraba, Cenoura, Abobrinha, Batata-Doce, Brócolis, Chicória, Chuchu, Ervilha, Laranja, Pêssego, Mamão, Mandioca, Maracujá, Milho-verde, Moranga, Pepino, Tempero Verde, Tomate, Vagem, Acelga, Rabanete.
Doces/geleias	10	Geleia de Morango, Geleia de Uva, Doce de Abóbora, Doce de Figo, Geleia de Uva, Melado.
Sucos	36	Suco de Laranja, Suco de Uva.
Carnes e Embutidos	183	Carne Bovina, Salame, Linguiça, Carne Suína, Frango Caipira.
Panificados	102	Bolachas, Cuca Caseira, Pão Caseiro, Esfihas, Massas.
Leite e derivados	108	Leite Pasteurizado, Iogurte, Queijos.
Mel	10	-
Ovos	12	Ovos de galinha caipira, Ovos de Codorna.
Açúcar Mascavo	8	-
Derivados de Milho	16	Canjica, Farinha.
Feijão	9	Feijão carioca, Feijão preto.
Vinagre	2	-

Fonte: Elaborado pela Autora

Levando em consideração a importância do mercado institucional para a Cooper Familiar pode-se pontuar algumas das oportunidades e fragilidades frente a esse processo.

Figura 1. Oportunidades e Fragilidades da Cooper Familiar.



Fonte: Elaborado pela Autora

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado institucional se apresenta como um importante canal de comercialização para a agricultura familiar. Tem incentivado a diversificação das unidades familiares, a agregação de valor dos produtos, melhorando também a renda. Para a Cooper Familiar os programas de aquisição de alimentos têm contribuído para a comercialização da produção dos associados, estruturando a cooperativa e consolidando novos mercados. Dentro do espaço institucional foi possível inserir produtos que antes não tinham espaço por não apresentarem produção em escala. Além desses aspectos destacados é importante pontuar que a participação no mercado institucional aproximou a cooperativa de outras entidades e contribuiu para a formação de parcerias em outras áreas como a assistência técnica.

Além das contribuições já mencionadas o mercado institucional desperta outras ações, principalmente no espaço escolar. A presença de alimentos da agricultura familiar tem promovido sua valorização e educação ambiental através da reconexão entre consumidor e produtor. Para as administrações municipais o mercado institucional representa uma compra mais regionalizada, o que promove o desenvolvimento local, gerando maior movimentação financeira dos municípios.

As oportunidades que o mercado institucional apresenta à Cooper Familiar se limitam em alguns aspectos, principalmente com relação à burocracia, a instabilidade diante da mudança dos governantes e a descontinuidade do programa pela falta de planejamento dos órgãos governamentais. Tanto o PAA, quanto o PNAE não têm conseguido atingir uma quantidade expressiva de unidades familiares, se limitando a 20% das unidades em nível nacional e pouco mais da metade dos associados da cooperativa.

No que diz respeito à estrutura da Cooper Familiar alguns aspectos encontram-se em dificuldade, falta estrutura física própria para a realização das atividades, o capital de giro da cooperativa é baixo e não existe um profissional que atenda a demanda dos agricultores e possa organizar melhor a produção. Para a realização da pesquisa a principal dificuldade foi em relação a coleta de dados, já que a cooperativa não conta com muitos registros digitalizados.

Apesar dos recursos investidos muitas outras ações são necessárias para fortalecer a agricultura familiar, lembrando que estas devem ser contínuas e envolver o máximo de atores sociais desde sua formulação até a sua implantação.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Uma nova extensão para a agricultura familiar. In: Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, 1997, Brasília – DF. **Anais...** Brasília: PNUD, 1997.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso á ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J, NAVARRO, Z. (org.). **Reconstruindo a Agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 2. Editora da Universidade/UFRGS, Porto Alegre, 1997.

ANTONIALLI, L. M. **Modelo de gestão e estratégias: o caso de duas cooperativas mistas de leite e café de Minas Gerais**. 2000. 163 p. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/.../12/.../Antonialli_2000_Tese_FEA_USP.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2014.

AQUINO, J. R. **Avanços e limites da política de crédito do Pronaf no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica**. Agricultura Familiar e Ruralidade. Universidade Do Estado Do Rio Grande Do Norte - UERN, ACU - RN – BRASIL. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/817.pdf>>. Acesso em: 21 Jan 2014.

ARAÚJO, E. V. et al. **Estudo dos mercados locais de produtos ecológicos: potencialidades e limites – estudo de caso nas regiões de Curitiba- PR e Caxias do Sul – RS**. [S.l.]: Secretaria da Agricultura Familiar- SAF, 2007. 47 slides, color.

BERGAMIN, S. N. **Trajetória da Cooperfamiliar nos Municípios de Chapecó, Cordilheira Alta, Guatambu, Arvoredo e Nova Itaberaba na Construção de Instrumentos de Desenvolvimento Sustentável e Solidário**. 2010. 129 p. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Contestado, Concórdia, 2010.

BORINELLI, B; SANTOS, L. M. L; PITAGUARI, S. O. **Economia Solidária em Londrina: aspectos conceituais e a experiência institucional**. UEL. Londrina, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/projetos/intes/img/biblioteca/2ZxZ53z230.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 7.775 de 04 de Julho de 2012**: regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos. 2012. Disponível em:< <http://www.planalto.gov.br> >. Acesso em: 25 nov. 2014.

BRASIL. **Lei 11.326 de Julho de 2006**: estabelece as diretrizes para a formulação da política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em:< <http://www.planalto.gov.br> >. Acesso em: 25 nov. 2014.

CARVALHO, D. G. Licitações sustentáveis, alimentação escolar e desenvolvimento regional: uma discussão sobre o poder de compra governamental a favor da sustentabilidade. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, n. 32, jan./jun. 2009. Disponível em:< <http://ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/12/14>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

Comissão Pró-Índio de São Paulo. Mercado institucional, avaliação de programas no Brasil. In: Comissão Pró-Índio de São Paulo. **Mercado Institucional, avaliação de programas no Brasil**. 2. ed. São Paulo: [s.n.], 2014. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/pdf/MercadosInstitucional.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). **A evolução do programa de aquisição de alimentos**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_08_02_09_58_03_artigo_4.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2014.

Cooperativa Alternativa da Agricultura Familiar (Cooper Familiar). Produção de Leite: Uma atividade em risco. **Boletim Informativo**, Chapecó, SC, ano I, edição, p. 01-02, mar. 2014.

COSTA, D. R. M. **Metodologia de rating de cooperativas agropecuárias**: uma proposta de metodologia. 2005. 236 p. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Piracicaba, 2005.

DALBELLO, O; FRANZ, D. **Cooperativismo - organização social como base do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar**. EPAGRI. Paraná. 2006. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/IIsimcope/oficina_osvaldir_diane.pdf>. Acesso 18 jan. 2014.

FLEURY, M. T. L. **Cooperativa Agrícola e Capitalismo no Brasil**. 1993, 1. Editora Global.

FRANTZ, W. **Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária**. Ijuí: Editora Unijuí, 2012.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Programa Nacional da Alimentação Escolar**. 2014. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. 2013, Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

LEMOS, S. M; LIMA, I.S. O programa de aquisição de alimentos (PAA) como política pública para a agricultura familiar e o desenvolvimento local. **Oikos**: Revista Brasileira de Economia Doméstica, Viçosa, v. 25, n.1, p. 069-092, 2014.

MACIEL, L. R. **Mercado Institucional de Alimentos**: Potencialidades e Limites para a Agricultura Familiar. 2008. 115 p. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MAZOYER, M; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, 1993; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MENDONÇA, J. C. A; MENDES, P. B. Análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como alternativa ao desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. In: CONGRESSO VIRTUAL BRASILEIRO (CONVIBRA), 8., São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo, 2011. Disponível em: < <http://www.convibra.com.br/>>. Acesso em: 19 set. 2014.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Legislação do PAA**, 2013. Disponível em:< www.mda.gov.br>. Acesso 19 set. 2014.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). **Programa Fome Zero**. 2009. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/programas-e-aco/es/eixo2.htm>>. Acesso em: 18 jan. 2014.

MORGAN, K; SONNINO, R. Empowering consumers: the creative procurement of school meals in Italy and the UK. **International Journal of Consumer Studies**. [S.l.],v.31, n.1, p.19-25, Jan. 2007. Disponível em:<<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

MORGAN, K; SONNINO, R. **Rethinking school food: The power of the public plate**. **State of World**. [S. l.] v.77, n.3, p. 379-387, 2010. Disponível em:<<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

NAVARRO, Z. “A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica”, in GASQUES, J. G. et al. **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, p. 185-209, 2010.

OLIVEIRA, D. L.; ROCHA, C. Alternativas sustentáveis para a merenda escolar com o uso de plantas do Cerrado, promovendo educação ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 21, n. 1, p. 35-53, 2008. Disponível em:< <http://www.seer.furg.br/remea>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). **Brasil Cooperativo**. 2011. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/brasil_cooperativo/index.asp>. Acesso 18 jan. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **Ano internacional da agricultura familiar**. 2014. Disponível em:< WWW.fao.org/family-farming-2014>. Acesso em: 16 set. 2014.

Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). **Cooperativas agrícolas, a chave para reduzir a fome e a pobreza**. 2011. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/cacrfp.asp>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

RIBEIRO, D. D; DIAS, M. S. Políticas públicas para a agricultura familiar: o PAA e o PNPB. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 27, p. 81-91, Jan./Abr. 2013.

SCHENEIDER, S. **Agricultura familiar, estratégias de diversificação e desenvolvimento territorial**. **Chapecó**. Seminário de Desenvolvimento Territorial e Agricultura Familiar. 2014. 11 slides. color.

SCHIMITT, C. J; GUIMARAES, L. A. **O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica.** Revista Agriculturas. v.5, n. 2, p. 14-17, jun. 2008.

SILVA, M. W. D. **Possibilidades e limites do cooperativismo pelo prisma de entidades de representação das cooperativas:** uma análise comparativa entre a Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (OCESP) e a União e Solidariedade das cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (Unisol/Brasil). São Paulo. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. Disponível em:<
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-25102006-184433/pt-br.php>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

SINGER, P. I. **Introdução a Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TRICHES, R. M; SCHNEIDER, S. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. **Revista Saúde e Sociedade.** São Paulo, v.19, n.4, p. 933-945, 2010.

TURPIN, M.E. **A alimentação escolar como vetor de desenvolvimento local e garantia de segurança alimentar e nutricional.** Campinas. 176 p. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2008.

União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES). **História da Unicafes.** Disponível em: <WWW.unicafes.org.br>. Acesso em: 09 set. 2014.

WÜNSCH, J. A. **Elementos Conceituais para a Representação de Sistemas Agrícolas.** Embrapa, Documento 299, Ano 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre. Editora Bookman, 2001.